EAGLESTONE SECURITIES

A Economia Cabo Verdiana

Small is Beautiful

Research
Maio 2017

Economia
Tiago Bossa Dionísio
(+351) 211 214 431
tiago.dionisio@eaglestone.eu

Um país invulgar no continente Africano

A Eaglestone aumenta a sua cobertura com esta primeira nota sobre Cabo Verde, um país invulgar no continente Africano devido, em parte, à sua relativa estabilidade política, económica e social. Isto tem feito com que Cabo Verde tenha beneficiado ao longo dos anos de ajuda externa ao desenvolvimento e de remessas de emigrantes. Mais recentemente, o país tem beneficiado também com a entrada de investimento directo estrangeiro essencialmente direccionado ao turismo, um sector muito relevante para a economia local, e que representa cerca de 20% do PIB do país e que emprega boa parte da população. Cabo Verde é uma economia diversificada que assenta, sobretudo, no sector dos serviços. Os seus recursos são escassos e apenas uma pequena parte da sua terra é cultivável, o que obriga a que a maior parte dos alimentos consumidos seja importada.

O crescimento deverá permanecer nos 3-4% em 2017

A actividade económica recuperou em 2016 após um período prolongado de fraco crescimento entre 2012-15. O crescimento do PIB de 3,9% beneficiou do aumento no consumo privado, do investimento e das exportações de serviços, reflectindo uma melhoria na confiança dos agentes económicos. Este aumento da confiança mantém-se nos primeiros meses de 2017. As últimas previsões do FMI e do Banco de Cabo Verde sugerem que o PIB deverá crescer 3-4% este ano, sustentado por um aumento do investimento e de uma contribuição menos negativa das exportações liquidas. A inflação tem caído nos últimos anos, em larga medida devido a preços mais baixos dos alimentos, e deverá permanecer nos 1-1,5% em 2017-18.

Défice externo melhora com receitas do turismo e remessas

Os seus principais parceiros comerciais incluem países da zona euro como Portugal e Espanha. Cabo Verde exporta, principalmente, pescado e importa bens de consumo e intermédios. O país tem um défice comercial bastante elevado (30-35% do PIB), cuja maior parte é compensada por uma contribuição significativa de receitas do turismo e remessas de emigrantes. Isto permitiu reduzir o défice da conta corrente para o nível mais baixo da última década em 2016. O governo tem como prioridade a consolidação orçamental de modo a reduzir os níveis do défice e da dívida pública (131,2% do PIB em 2016), maioritariamente denominada em moeda estrangeira. O défice deverá caír para perto de 3% do PIB este ano e abaixo dos 2% em 2018 (de 3,3% em 2016).

Investimento Estrangeiro, Transparência e *Doing Business*

Existem poucas barreiras ao investimento estrangeiro em Cabo Verde, com as leis do país a darem um tratamento semelhante aos investidores, independentemente da sua nacionalidade. Cabo Verde Investimentos é a agência de promoção ao investimento e é o primeiro ponto de contacto para qualquer investimento no país. Esta agência oferece uma plataforma electrónica que visa melhorar a eficiência e reduzir os níveis de burucracia do processo de investimento. Cabo Verde é considerado um modelo em África devido à sua transparência e boa *governance*. O país também compara favoravelmente com outros países do continente no ranking *Doing Business* do Banco Mundial. No entanto, Cabo Verde ainda está atrás dos países de rendimento médio ao nível da competitividade, o que torna fundamental as autoridades locais continuarem a desenvolver reformas estruturais no país.

DADOS GERAIS DE CABO VERDE

Localização: arquipélago no Oceano Atlântico e na costa ocidental de África. Praia, a capital do país, fica a quatro horas de avião de Lisboa

Línguas: Português e Crioulo

Moeda: Escudo Cabo Verdeano (1 EUR = 110.265 CVE)

População (2017E): 538.000

Terra e Recursos Naturais: apenas cerca 10% é cultivável e os recursos naturais são escassos

Política: sistema semi-presidencialista com um presidente, primeiro-ministro e Assembleia Nacional. As próximas eleições legislativas terão lugar em 2021

Governo: tomou posse em Abril 2016, e definiu como objectivo de médio-prazo a consolidação orçamental

PIB (2017E): US$ 1.636 milhões

PIB per Capita (2017E): US$ 3.044

Estrutura do PIB: diversificada e, principalmente, focada no sector dos serviços

Comércio Externo: principais exportações (pescado) e importações (combustível, lacticineos, máquinas, ovos, cereais)

Principais Parceiros Comerciais: países da zona euro (Portugal, Espanha e Holanda)

Notação de Crédito: "B" com "*negative watch*" pela S&P's (Março 2017)

Facilidade de Fazer Negócios: ranking 129 (em 190 países) no relatório de 2017 do Banco Mundial. Demora 11 dias a lançar uma empresa (36 dias em Angola, 19 dias em Moçambique e uma média de 26,4 dias na África Subsaariana

Transparência: ranking 38 (em 176 países) no *Corruption Perceptions Index* (2016) com um resultado de 59/100

INDICADORES ECONÓMICOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017F	2018F	2019F
Produto Interno Bruto										
PIB Real (% variação)	1.5%	4.0%	1.1%	0.8%	0.6%	1.1%	3.9%	4.0%	4.1%	4.1%
Produto Interno Bruto (preços correntes, CVE bn)	139	148	150	154	154	157	161	171	181	193
Produto Interno Bruto (preços correntes, US$ mn)	1,664	1,865	1,752	1,851	1,861	1,575	1,636	1,637	1,730	1,838
Produto Interno Bruto per capita (US$)	3,413	3,801	3,463	3,614	3,590	3,001	3,078	3,044	3,177	3,334
Investimento e Poupança (% do PIB)										
Investimento	37.7%	37.2%	40.7%	39.3%	37.3%	41.5%	41.8%	45.1%	46.4%	49.1%
Poupança Bruta do País	25.3%	20.9%	28.2%	34.4%	28.2%	37.1%	34.6%	36.6%	38.4%	41.8%
Contas Públicas (% do PIB)										
Receitas	28.6%	25.6%	24.4%	24.5%	22.9%	26.7%	26.8%	26.4%	26.5%	26.5%
Despesas	39.2%	33.3%	36.8%	33.8%	30.5%	30.6%	30.4%	29.2%	28.2%	28.4%
Saldo Orçamental	-10.5%	-7.7%	-12.4%	-9.3%	-7.6%	-3.9%	-3.6%	-2.8%	-1.7%	-1.9%
Dívida Bruta	72.2%	79.4%	91.3%	102.5%	115.9%	127.8%	131.2%	134.7%	133.0%	129.2%
Sector Externo										
Exportações de Bens e Serviços (% variação)	0.9%	5.0%	5.3%	13.0%	3.1%	-4.2%	10.0%	-0.7%	5.9%	6.1%
Importação de Bens e Serviços (% variação)	-0.6%	12.7%	-12.5%	-3.2%	10.5%	-19.3%	11.2%	-1.5%	4.6%	5.4%
Balança Corrente (% do PIB)	-13.5%	-16.2%	-14.0%	-5.8%	-9.1%	-5.0%	-3.8%	-6.0%	-7.0%	-7.3%
População (milhares)	488	491	506	512	518	525	531	538	545	551
Inflação										
Inflação (média)	2.1%	4.5%	2.5%	1.5%	-0.2%	0.1%	-1.4%	1.0%	1.5%	2.0%
Inflação (final do período)	3.4%	3.6%	4.1%	0.1%	-0.4%	-0.5%	-1.2%	1.2%	1.8%	2.0%
Reservas Internacionais										
Reservas Líquidas (US$ mn)	382.2	338.6	375.8	475.3	511.4	495.4	565.9	606.6	638.1	657.2
Reservas Líquidas (meses de importações)	4.2	3.2	3.8	4.8	5.4	6.4	6.9	6.9	6.9	6.9
Taxa de Câmbio										
Taxa de Câmbio (média, CVE/USD)	83.3	79.3	85.8	83.1	83.1	99.4	99.7	104.6	104.9	104.8
Taxa de Câmbio (final do período, CVE/USD)	83.0	85.6	83.1	80.0	90.7	100.9	105.5	104.6	104.9	104.8

Fontes: Banco de Cabo Verde, FMI (WEO Abril 2017) e Eaglestone Securities.

ACTIVIDADE ECONÓMICA

Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas localizado na costa ocidental de África próximo do Senegal, da Gâmbia e da Mauritânia. A sua relativa estabilidade política, económica e social diferenciam Cabo Verde da maioria dos outros países no continente Africano. Isto tem permitido ao país beneficiar de ajuda externa e de elevadas remessas de emigrantes nos últimos anos. Mais recentemente, Cabo Verde tem também beneficiado do influxos de investimento directo estrangeiro principalmente destinados ao sector do turismo.

Cabo Verde é um país com características únicas em África e isso tem ajudado o país a beneficiar de ajuda externa, remessas de emigrantes e investimento estrangeiro

Cabo Verde é uma economia bastante diversificada muito baseada no sector dos serviços, com o turismo, serviços públicos, sector financeiro, imobiliário e retalho a representarem a maior parte do seu PIB. Os recursos naturais do país são escassos, o que por vezes leva à falta de água e secas severas e prolongadas, enquanto que a terra em várias das ilhas do país não são muito férteis. Apesar de 40% da população viver em zonas rurais, Cabo Verde importa a maior parte da comida que consome.

Uma economia bastante diversificada e focada no sector dos serviços

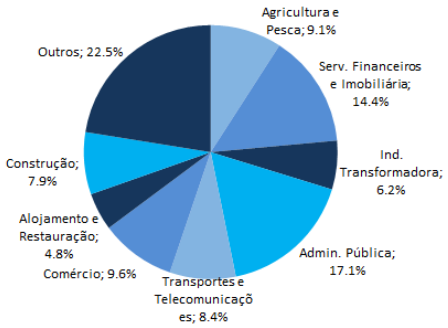
A actividade económica em Cabo Verde recuperou no ano passado após um período de algum abrandamento entre 2012-15. No entanto, a economia continuou a ser afectada pela conjuntura externa adversa em 2016 marcada por uma desaceleração dos principais parceiros comerciais, nomeadamente na Europa, que são a maior fonte de receitas para o turismo, investimento directo estrangeiro e remessas de emigrantes.

A actividade económica recuperou no ano passado após um período de abrandamento em 2012-15

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) revelam que o PIB terá crescido 3,9% em 2016 (de 1,1% no ano anterior), o nível mais alto desde 2011. Esta melhoria resultou acima de tudo por uma recuperação da indústria transformadora (9,7%), administração pública (8,5%) e agricultura (7,3%). Isto compara com crescimentos de 1,4%, 2,5% e 2,8%, respectivamente, em 2015. A actividade reflectiu uma maior despesa com salários e benefícios sociais no sector público, uma melhor e mais eficiente cobrança de impostos, um aumento da procura e o impacto das chuvas em 2015.

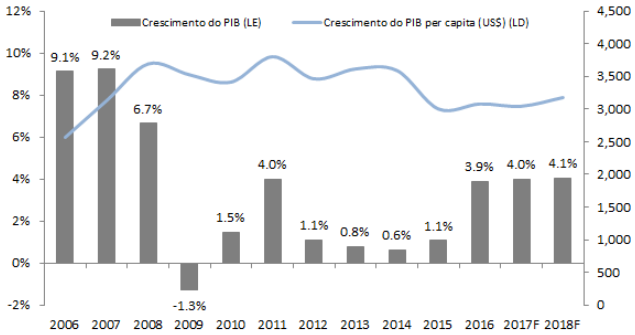
O PIB cresceu 3,9% em 2016 e foi acima de tudo resultado da recuperação da ind. transformadora, administração púbica e agricultura

ESTRUTURA DO PIB (2016)



Fontes: INEe Eaglestone Securities.

CRESCIMENTO DO PIB E PIB PER CAPITA



Fontes: INE, FMI (WEO Abril 2017) e Eaglestone Securities.

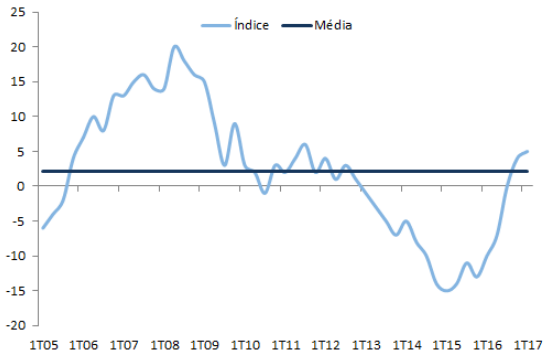
Do lado da procura, o país registou um aumento do consumo privado, do investimento e das exportações líquidas, que resultaram de uma melhoria da confiança dos agentes económicos. No ano passado registou-se uma maior actividade no mercado de crédito, com as restrições ao sector privado a baixarem, e também um aumento do investimento directo estrangeiro e uma contracção do investimento público.

O consume privado e o investimento recuperou com uma melhoria na confiança dos agentes económicos

Os indicadores de confiança continuaram a melhorar nos primeiros três meses de 2017. Dados do INE revelam que o indicador de clima económico manteve a sua tendência de subida que se iniciou no Segundo trimestre de 2015, mantendo-se acima da média dos últimos quatro anos em larga medida devido à melhoria do sentimento nos sectores do turismo e retalho.

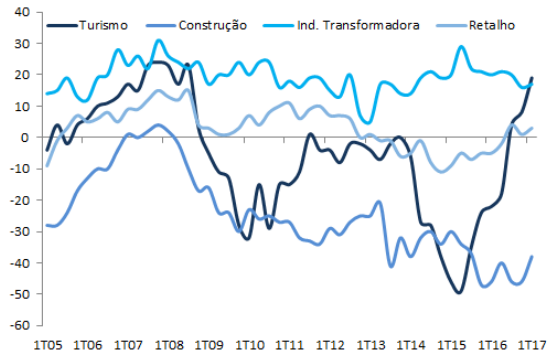
O indicador de clima económico manteve a sua tendência de subida no primeiro trimester de 2017

INDICADOR DE CLIMA ECONÓMICO



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

INDICADORES DE CONFIANÇA POR SECTOR



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

O FMI estima no seu último relatório sobre as perspectivas económicas mundiais (Abril 2017) que a economia Cabo Verdiana cresça 4% este ano e 4,1% em 2018. Isto compara com uma expectativa do Banco de Cabo Verde que a actividade económica desacelere para a média do intervalo 3-4% em 2017. Segundo o banco central, isto reflecte, acima de tudo, o impacto de uma maior inflação importada no consume privado (num contexo de estabilização das remessas de emigrantes, de contenção dos salários e de um aumento das transferências do Estado para as famílias) e um crescimento mais modesto do consumo público.

O Banco de Cabo Verde estima que o crescimento económico desacelere para a média do intervalo 3-4% em 2017

Por outro lado, à semelhança de 2016, o investimento este ano deverá continuar suportado pela conclusão de empreendimentos turísticos financiados com capital estrangeiro, alguns deles com inauguração prevista em 2016, e o impacto desfasado do crescimento significativo registado em 2016 do crédito bancário às empresas e aos particulares, nomeadamente para construção ou aquisição de habitação. A isto acresce a execução do programa de investimento público e uma contribuição menos negativa das exportações líquidas, em resultado de uma menor importação de bens e serviços devido a uma desaceleração do consumo privado. O banco central estima também um menor crescimento da exportação de bens e serviços devido a uma menor procura no sector do turismo. Este impacto deverá ser superior à recuperação prevista na exportação de pescado depois da resolução de constrangimentos à actividade registadas recentemente.

O crescimento este ano deverá beneficiar de um aumento do investimento e de uma contribuição menos negativa das exportações líquidas

Em suma, e em termos de sector de actividade, o crescimento económico deverá ser suportado acima de tudo pela recuperação nos sectores da construção, retalho e pescas e, também, uma melhoria nos serviços públicos, indústria e hoteis e restauração.

O crescimento económico deverá ser suportado pelos sectores da construção, retalho e pescas

INFLAÇÃO

A inflação tem registado uma tendência de descida nos últimos anos, com a média dos últimos 12 meses a atingir -1,4% em Dezembro 2016 (de 0,1% no ano anterior). Isto resultou acima de tudo de uma queda no preço de bens alimentares e bebidas não-alcoólicas, rendas de habitação, água, electricidade, gás e combustíveis. Reflectiu também custos mais favoráveis de bens importados, um aumento da produção local de frescos, a retirada de uma medida aduaneira introduzida temporariamente em 2015 e uma subida da taxa do IVA de 15% para 15,5%.

A taxa de inflação tem caído nos últimos anos, com amédia dos últimos 12 meses a atingir -1,4% em Dezembro 2016

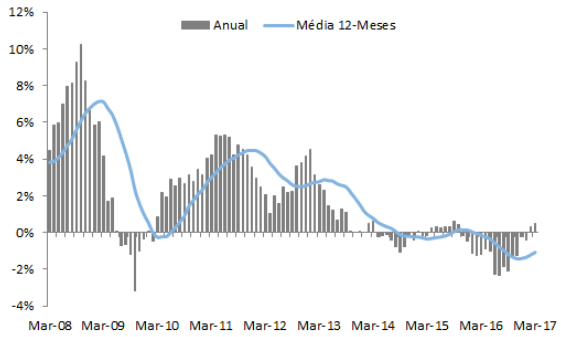
Em particular, os menores custos dos bens alimentares contribuiram em cerca de 45% para a queda da inflação no ano passado devido ao elevado peso no cabaz de consume da população local. Também a descida do preço do Brent em 2016 teve um impacto favorável nos custos da electricidade e água. Excluíndo os custos mais voláteis da energia, a inflação média ficou-se pelos -0,2% no final de 2016 e permaneceu inalterado se excluírmos também o custo dos bens alimentares e bebidas. Isto compara com 1,59% e 1,6%, respectivamente, em Dezembro 2015.

Os menores custos dos bens alimentares contribuiram em cerca de 45% para a queda da inflação em 2016

Os últimos dados do INE revelam que a inflação caiu 0,2% em Março 2017 em relação ao mês anterior, ficando-se pelos 0,5% em termos homólogos. A média dos últimos 12 meses atingiu os -1,1% (face a -1,2% em Fevereiro). Os preços do consumidore continuaram a cair devido aos menores custos dos bens alimentares, rendas de habitação e energia. A inflação deverá ficar próximo de 1-1,5% nos próximos dois anos. Isto contribuirá para um aumento do rendimento disponível das famílias e do seu poder de compra, o que deverá ajudar o consumo privado.

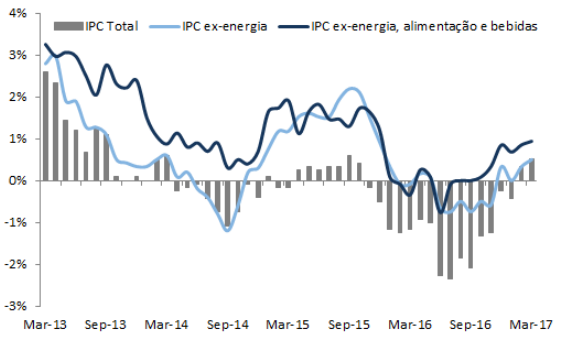
Os preços continuaram a cair em Março 2017 devido aos menores custos dos bens alimentares, rendas e energia

TAXA DE INFLAÇÃO ANUAL E MÉDIA DE 12 MESES



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

INFLAÇÃO ANUAL (TOTAL E SUBJACENTE)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

POLÍTICA MONETÁRIA

O objectivo principal do banco central é garantir a estabilidade dos preços. No entanto, também procura proteger a credibilidade do regime cambial, que assume uma paridade fixa com o euro desde o início de 1999, e preservar as reservas internacionais.

O objectivo principal do banco central é garantir a estabilidade dos preços

Numa conjuntura marcada pelo baixo crescimento económico no país e pela ausência de pressões significativas na balança de pagamentos e na inflação, o banco central tem seguido uma política monetária acomodatícia ao longo dos últimos três anos. Em 2014, o banco central cortou a sua taxa de referência em 200 pontos base para 3,75%. Em Fevereiro 2015, cortou a taxa em mais 25 pontos base para 3,5%, baixou o rácio de reservas mínimas de 18% para 15% e cortou a remuneração do excesso de reservas de 0,5% para 0,25%.

O baixo crescimento e inflação dos últimos anos levaram o banco central a seguir uma política monetária acomodatícia

Espera-se que, no actual contexto de reduzido espaço fiscal para estimular a economia, o Banco de Cabo Verde venha a manter nos próximos tempos a sua actual política monetária, embora esta esteja também centrada na preservação das reservas internacionais em níveis considerados adequados ao perfil de risco do país.

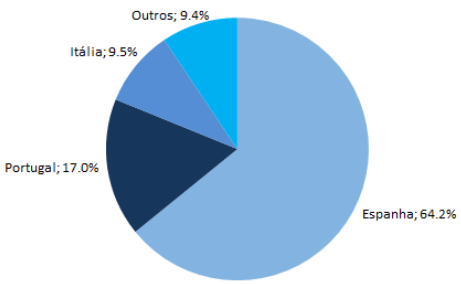
A política monetária seguida pelo banco central deverá permanecer acomodatícia

CONTAS EXTERNAS

Os principais parceiros comerciais de Cabo Verde incluem países da zona euro, nomeadamente Portugal, Espanha, Itália, Holanda e França. Segundo o INE, em 2016, cerca de dois terços das exportações do país tiveram como destino a Espanha, seguido de Portugal (17%) e Itália (9%). Por outro lado, Portugal foi o principal fornecedor de Cabo Verde, representando metade das importações do país em 2016, com Espanha e a Holanda a representarem 11% e 7% do total.

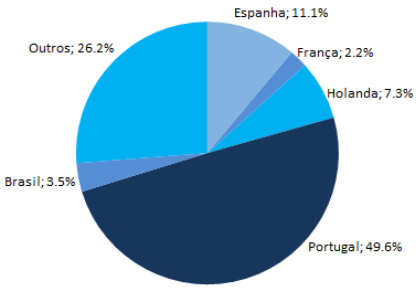
Os principais parceiros comerciais de Cabo Verde são países da zona euro

EXPORTAÇÕES POR PAÍS (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

IMPORTAÇÕES POR PAÍS (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

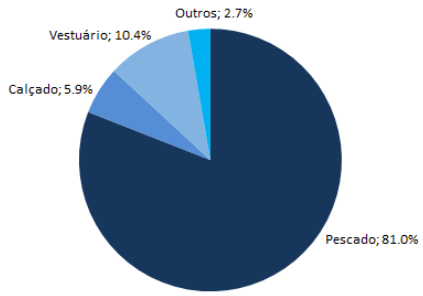
Cabo Verde vende primordialmente pescado nos mercados internacionais, representando 81% do total das suas exportações em 2016. O resto inclui vestuário (10%) e calçado (6%). Apesar

O país exporta acima de tudo pescado e importa

da indústria das pescas representar uma parte pequena do PIB do país, ela emprega muita gente e tem um papel importante na economia local. Entretanto, a concentração das importações é bastante menor do que a das exportações. Estas incluem, principalmente, bens de consumo tais como alimentos e bens intermédios como materiais utilizados no sector da construção. Outros dos principais bens importados incluem máquinas e combustíveis.

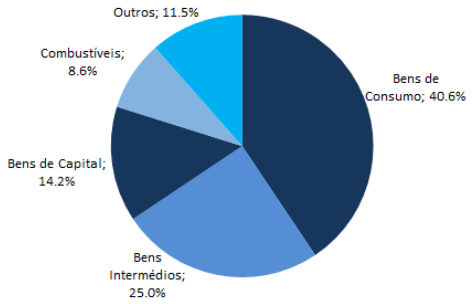
bens de consumo tais como alimentos

EXPORTAÇÕES POR PRODUTO (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

IMPORTAÇÕES POR PRODUTO (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

Dados do INE revelam também que as contas externas de Cabo Verde melhoraram em 2016 em resultado de uma redução do défice da conta corrente, que caiu 22% (em moeda local) face ao ano anterior depois de uma queda de 44% em 2015. Isto deveu-se, acima de tudo, ao forte aumento das exportações líquidas de serviços, reflectindo uma maior procura de turismo, e uma subida nas transferências privadas. Apesar disso, a balança comercial do país deteriorou-se em 2016, com as exportações a manterem-se quase inalteradas enquanto as importações cresceram a uma taxa de dois-dígitos, nomeadamente as de bens de consumo e intermédios. A evolução da balança de rendimentos reflecte a repatriação de reservas e dividendos de empresas dos sectores da construção e turismo e o pagamento de juros a investidores estrangeiros detentores de dívida pública. Isto foi, contudo, compensado pela forte subida das transferências privadas.

As contas externass do país melhoraram no ano passado em resultado da queda do défice da conta corrente

A descida do superávit da conta de capital deveu-se à forte queda das transferências do Estado que caíram um terço face a 2015. O défice da conta financeira também cresceu bastante, e para um nível registado em 2014. Isto reflectiu uma contribuição negativa de outros investimentos, nomeadamente o levantamento de moeda e depósitos.

Os défices das contas de capital e financeira aumentaram muito em 2016

Em suma, isto significa que o défice da conta corrente representou 3,8% do PIB o ano passado, abaixo dos 5% em 2015 e registando o nível mais baixo desde 2005. A exportação de bens representou apenas 9,2% do PIB e as importações representaram 42,7%, evidenciando a forte dependência de bens provenientes do exterior. Por outro lado, os défices das balanças de capital e financeira aumentou para 8,4% do PIB (desde 4% em 2015) depois, conforme referido acima, a deterioração significativa do défice da conta financeira.

O défice da conta corrente caiu para 3,8% do PIB, o nível mais baixo desde 2005

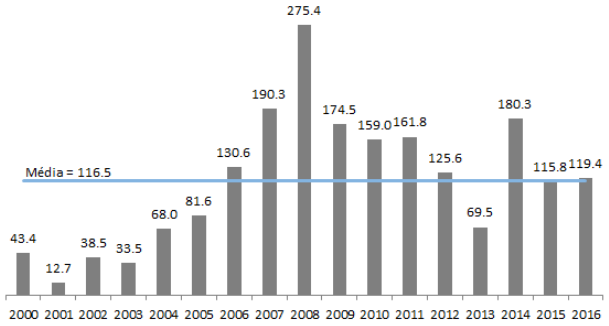
BALANÇA DE PAGAMENTOS	Milhões CVE			Milhões US$			Var. Anual (1)		% do PIB		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	15/'14	16/'15	2014	2015	2016
Conta corrente	**-14,042**	**-7,861**	**-6,114**	**-169.0**	**-79.1**	**-61.3**	**-44.0%**	**-22.2%**	**-9.1%**	**-5.0%**	**-3.8%**
Balança comercial	-50,277	-47,839	-54,113	-605.2	-481.3	-542.8	-4.9%	13.1%	-32.6%	-30.6%	-33.6%
Exportações	21,044	14,845	14,813	253.3	149.4	148.6	-29.5%	-0.2%	13.6%	9.5%	9.2%
Importações	-71,322	-62,684	-68,926	-858.5	-630.7	-691.4	-12.1%	10.0%	-46.2%	-40.0%	-42.7%
Serviços (líquido)	21,888	20,603	23,625	263.5	207.3	237.0	-5.9%	14.7%	14.2%	13.2%	14.7%
Rendimento	-7,692	-5,870	-5,634	-92.6	-59.1	-56.5	-23.7%	-4.0%	-5.0%	-3.7%	-3.5%
Transferências	22,039	25,244	30,007	265.3	254.0	301.0	14.5%	18.9%	14.3%	16.1%	18.6%
Governo	4,664	5,395	4,992	56.1	54.3	50.1	15.7%	-7.5%	3.0%	3.4%	3.1%
Privadas	17,375	19,850	25,015	209.2	199.7	250.9	14.2%	26.0%	11.3%	12.7%	15.5%
Balança de capital e financeira (liq.)	**-14,259**	**-6,267**	**-13,585**	**-171.6**	**-63.1**	**-136.3**	**-56.0%**	**116.8%**	**-9.2%**	**-4.0%**	**-8.4%**
Balança de capital	659	1,884	1,316	7.9	19.0	13.2	186.0%	-30.1%	0.4%	1.2%	0.8%
Balança financeira	-14,917	-8,151	-14,901	-179.6	-82.0	-149.5	-45.4%	82.8%	-9.7%	-5.2%	-9.2%
Investimento directo	-14,303	-11,121	-10,999	-172.2	-111.9	-110.3	-22.2%	-1.1%	-9.3%	-7.1%	-6.8%
Outros investimentos	-614	2,970	-3,901	-7.4	29.9	-39.1	n.m.	n.m.	-0.4%	1.9%	-2.4%
Erros e omissões	**-1,534**	**-2,174**	**-945**	**-18.5**	**-21.9**	**-9.5**	**41.7%**	**-56.5%**	**-1.0%**	**-1.4%**	**-0.6%**
Conta corrente e de capital	**-13,383**	**-5,977**	**-4,798**	**-161.1**	**-60.1**	**-48.1**	**-55.3%**	**-19.7%**	**-8.7%**	**-3.8%**	**-3.0%**

(1) Variação em moeda local. Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

Entretanto, o nível de investimento directo estrangeiro melhorou ligeiramente face a 2015 tanto em moeda local como em dólares, ficando-se pelos US$ 199,4 milhões. Este valor é um pouco acima da média de US$ 116,5 milhões registada durante o período 2010-16, mas fica muito abaixo do registando em 2014. O investimento esteve maioritariamente concentrado no sector do turismo e hoteleiro, em particular nas ilhas do Sal, Boa Vista e Santiago. Importa também referir que cerca de 45% do investimento veio de investidores provenientes do Reino Unido, seguido de Portugal (6%) e Espanha (5%).

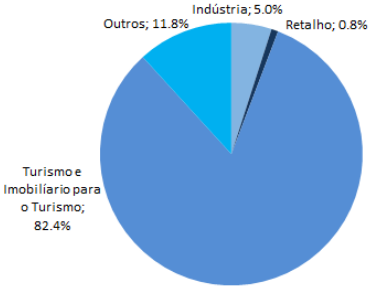
O investimento directo estrangeiro melhorou um pouco em 2016 e, conforme esperado, concentrou-se no sector do turismo

INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (US$ MILHÕES)



Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

INVESTMENTO POR SECTOR DE ACTIVIDADE (2016)



Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

Cabo Verde tem uma enorme tradição de emigração e recebe todos os anos um montante significativo de remessas do exterior. De facto, a diáspora do país ultrapassa a população local, com muitas pessoas a terem familiares a viverem no estrangeiro. Os emigrantes de Cabo Verde continuam a preferir viver na Europa e nos Estados Unidos.

Cabo Verde tem uma grande tradição de emigração e recebe todos os anos montantes avultados de remessas

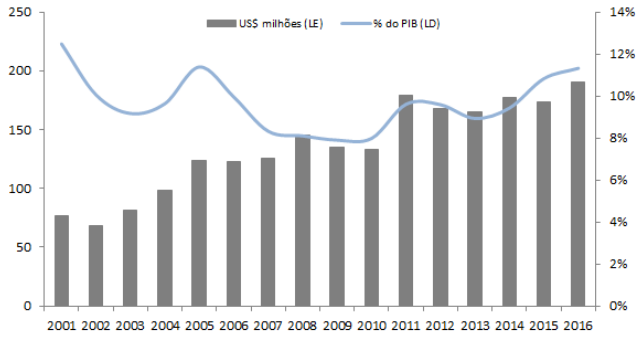
O montante de remessas em dólares cresceu a uma taxa média anual de cerca de 5% durante 2010-16, acima do crescimento médio do PIB durante o mesmo período. No final de 2016, o montante de remessas ultrapassou os US$ 190 milhões e representou 11,3% do PIB depois de uma recuperação na segunda metade do ano. Os últimos dados trimestrais revelam que o nível de remessas do quarto trimestre de 2016 ficou muito acima da média trimestral dos últimos seis anos depois da desaceleração verificada no início do ano, principalmente no segundo trimestre.

As remessas de emigrantes cresceu a uma taxa média anual de perto de 5% durante 2010-16, acima do crescimento médio do PIB

Dados do banco central também mostram que quase um terço das remessas de 2016 vieram de emigrantes a viver em Portugal. França (18%) e Estados Unidos (12%) foram também dois dos principais países de origem das remessas no ano passado.

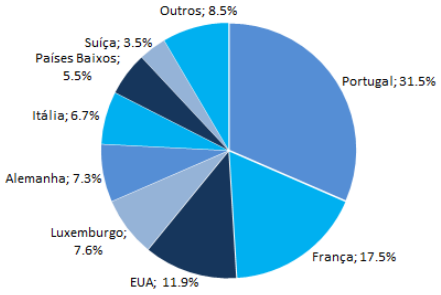
Perto de um terço das remessas de 2016 foram provenientes de Portugal

REMESSAS DE EMIGRANTES (US$ MILHÕES)



Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

REMESSAS DE EMIGRANTES – PAÍS DE ORIGEM (2016)



Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

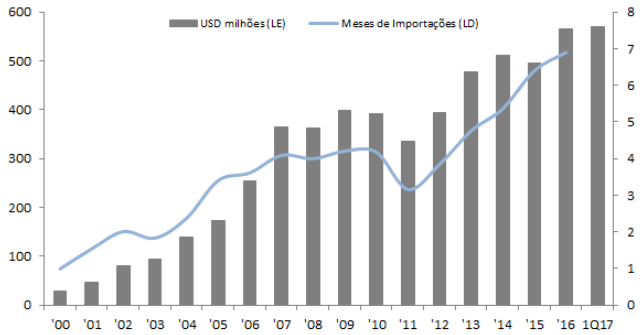
As remessas de emigrantes, a entrada de investimento directo estrangeiro, principalmente no sector do turismo, e donativos provenientes do exterior tem permitido Cabo Verde acumular um montante significativo de reservas internacionais ao longo dos anos. Dito de outra forma, as reservas líquidas do país (em dólares) aumentaram a uma taxa média anual de 20,6% durante 2010-16, atingindo o nível mais elevado de sempre de US$ 565,9 milhões (representando 6,9 meses de importações) no final de 2016. Os últimos dados mostram que o nível de reservas estabilizou nos primeiros meses de 2017, mas a tendência deverá ser de subida.

Cabo Verde tem acumulado um valor importante de reservas internacionais ao longo dos anos

Cabo Verde tem um regime cambial de paridade fixa com o euro (EUR/CVE=110,265) desde o início de 1999. Dados do banco central revelam que o escudo Cabo Verdeano depreciou-se quase 16% face ao dólar em 2015 mas manteve-se relativamente estável durante o ano passado. Entretanto, a moeda local depreciou-se cerca de 4% nos primeiros meses de 2017.

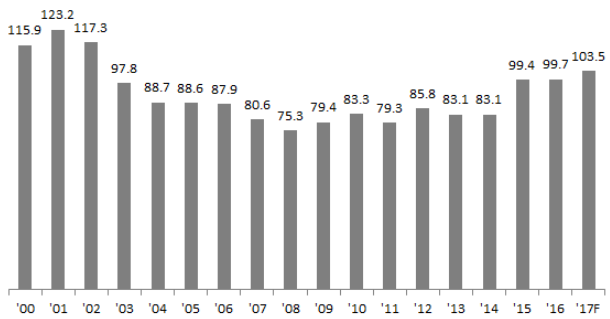
O país tem um regime cambial de paridade fixa com o euro

RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS (US$ MILHÕES)



Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

TAXA DE CÂMBIO MÉDIA (US$/CVE)



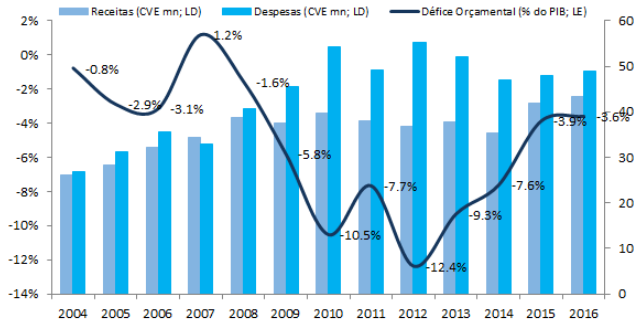
Fontes: Banco de Cabo Verde e Eaglestone Securities.

CONTAS PÚBLICAS

O défice orçamental (incluíndo donativos) atingiu os CVE 5.798 milhões em 2016, caíndo 4,3% face ao ano anterior e representando 3,6% do PIB. Este foi o défice mais baixo registado desde 2008 (-1,6%) e resultou de um aumento de 3,3% do total das receitas e donativos, que mais do que compensou a subida de 2,4% das despesas. Este défice levou a que a dívida pública aumentasse quase 6% para CVE 211,5 mil milhões no ano passado, o que representa 131,2% do PIB (acima dos 127,8% em 2015). Este montante reparte-se em 98,1% do PIB de dívida externa e 33,1% do PIB de dívida doméstica.

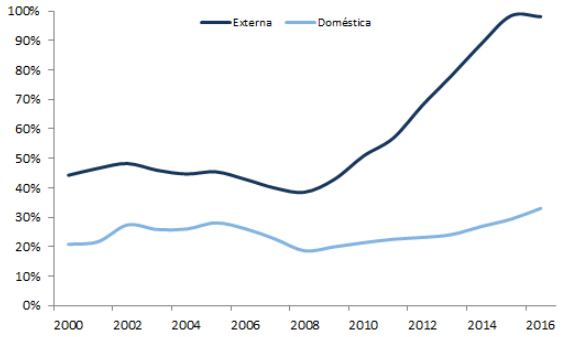
O défice orçamental caiu para 3,6% do PIB em 2016, o nível mais baixo desde 2008

EVOLUÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS



Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

DÍVIDA EXTERNA E DOMÉSTICA (% DO PIB)



Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

Uma análise mais detalhada das contas de 2016 mostram que as receitas foram impulsionadas pelo aumento das receitas de impostos, o que reflecte o impacto da reforma fiscal introduzida desde 2013 e uma melhoria da actividade económica no país. Estas aumentaram 6,8% em termos homólogos depois de uma subida de 11,8% em 2015. Os impostos sobre o rendimento, bens e serviços e transacções internacionais registaram todos uma melhor evolução. Destaque para a forte subida no IRS, que compensou a queda no IRC. Segundo as autoridades Cabo Verdeanas, isto terá sido motivado pelo impacto do efeito de base da tributação dupla em 2015, a transição para o novo código fiscal e problemas técnico-operacionais com a implementação da declaração electrónica, que impediram a arrecadação de todos os montantes devidos pelas empresas em 2016. Por fim, os donativos aumentaram 3% depois da forte subida de 38% em 2015 e representaram 2,5% do PIB no ano passado.

As receitas totais foram impulsionadas pelo aumento das receitas de impostos e reflectiram o impacto da reforma fiscal introduzida em 2013 e a melhoria na actividade no país

Entretanto, as despesas correntes subiram 7,3% em termos homólogos, representando a maior parte das despesas públicas (90% do total face a uma média de 73% nos cinco anos anteriores).

O nível de despesas subiu apenas 2,4% devido à forte

De salientar a forte subida dos salários dos funcionários públicos e dos benefícios sociais, com este impacto a ser atenuado por uma ligeira descida dos custos de bens e serviços. Importa realçar ainda a forte redução do investimento público, que caiu mais 26,9% depois das quedas significativas registadas nos três anos anteriores. Isto reflecte os impactos de (1) o phasing-out do programa pluri-anual de investimentos ainda em curso, (2) o processo de instalação do novo governo e (3) a aprovação tardia do OGE 2016, que ocorreu apenas no terceiro trimestre.

queda do investimento público

CONTAS PÚBLICAS	Milhões CVE				% Variação			% do PIB			
	2013	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Total das receitas e donativos	**37,716**	**35,327**	**41,826**	**43,220**	**-6.3%**	**18.4%**	**3.3%**	**24.5%**	**22.9%**	**26.7%**	**26.8%**
Total das receitas	33,692	32,540	37,985	39,265	-3.4%	16.7%	3.4%	21.9%	21.1%	24.3%	24.4%
Impostos	28,099	27,061	30,252	32,304	-3.7%	11.8%	6.8%	18.3%	17.5%	19.3%	20.0%
Imposto sobre o rendimento	8,596	7,747	9,561	10,078	-9.9%	23.4%	5.4%	5.6%	5.0%	6.1%	6.3%
IRS	4,793	4,998	5,222	6,346	4.3%	4.5%	21.5%	3.1%	3.2%	3.3%	3.9%
IRC	3,802	2,749	4,339	3,732	-27.7%	57.9%	-14.0%	2.5%	1.8%	2.8%	2.3%
Imposto sobre bens e serviços	13,136	12,833	14,038	14,941	-2.3%	9.4%	6.4%	8.5%	8.3%	9.0%	9.3%
IVA	10,523	10,170	11,283	11,986	-3.4%	11.0%	6.2%	6.8%	6.6%	7.2%	7.4%
Outro	2,613	2,663	2,755	2,955	1.9%	3.4%	7.3%	1.7%	1.7%	1.8%	1.8%
Imposto s/ transações internacionais	5,700	5,754	6,082	6,813	1.0%	5.7%	12.0%	3.7%	3.7%	3.9%	4.2%
Outros impostos	668	726	572	472	8.7%	-21.3%	-17.4%	0.4%	0.5%	0.4%	0.3%
Outras receitas	5,593	5,480	7,733	6,961	-2.0%	41.1%	-10.0%	3.6%	3.5%	4.9%	4.3%
Donativos	4,024	2,787	3,841	3,955	-30.7%	37.8%	3.0%	2.6%	1.8%	2.5%	2.5%
Totas de despesas	**52,025**	**47,083**	**47,884**	**49,018**	**-9.5%**	**1.7%**	**2.4%**	**33.8%**	**30.5%**	**30.6%**	**30.4%**
Despesas correntes	35,424	37,542	41,040	44,015	6.0%	9.3%	7.3%	23.0%	24.3%	26.2%	27.3%
Salários	16,601	17,172	17,058	18,252	3.4%	-0.7%	7.0%	10.8%	11.1%	10.9%	11.3%
Bens e serviços	5,062	5,744	6,805	6,770	13.5%	18.5%	-0.5%	3.3%	3.7%	4.3%	4.2%
Pagamentos da dívida	3,383	3,444	4,134	4,223	1.8%	20.0%	2.2%	2.2%	2.2%	2.6%	2.6%
Transferências correntes	4,074	4,389	4,753	4,903	7.7%	8.3%	3.2%	2.7%	2.8%	3.0%	3.0%
Benefícios socais	4,150	4,348	4,729	5,148	4.8%	8.8%	8.9%	2.7%	2.8%	3.0%	3.2%
Subsídios	101	107	161	160	5.5%	51.4%	-0.8%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
Outras despesas correntes	2,053	2,339	3,400	4,558	14.0%	45.4%	34.1%	1.3%	1.5%	2.2%	2.8%
Despesas de capital	16,601	9,541	6,844	5,003	-42.5%	-28.3%	-26.9%	10.8%	6.2%	4.4%	3.1%
Saldo (excluindo donativos)	**-18,333**	**-14,543**	**-9,899**	**-9,753**	**-20.7%**	**-31.9%**	**-1.5%**	**-11.9%**	**-9.4%**	**-6.3%**	**-6.0%**
Saldo (incluíndo donativos)	**-14,309**	**-11,756**	**-6,058**	**-5,798**	**-17.8%**	**-48.5%**	**-4.3%**	**-9.3%**	**-7.6%**	**-3.9%**	**-3.6%**

Fontes: Ministério das Finanças e Eaglestone Securities.

TURISMO

O turismo desempenha um papel muito relevante na economia de Cabo Verde, representando cerca de 20% do seu PIB. O turismo é também uma fonte importante de investimento directo estrangeiro, receita externa e reservas internacionais. De acordo com o inquérito anual do INE ao sector, o número de estabelecimentos no país era de 233 no final de 2016. Isto representa uma subida de 3,1% face a 2015 e 1,6x o número de há uma década. Estes estabelecimentos ofereciam 11.435 quartos, 18.382 camas e uma capacidade de 24.376 lugares, conforme descrito da tabela abaixo.

Cabo Verde tinha 233 estabelecimentos no final de 2016

ESTABELECIMENTOS												Variação		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	'16 vs. '06 (x)	Média Anual	'16 / '15
Número de estabelecimentos	142	150	158	173	178	195	207	222	229	226	233	1.6	5.1%	3.1%
Número de quartos	4,836	5,368	6,172	6,367	5,891	7,901	8,522	9,058	10,839	10,626	11,435	2.4	9.0%	7.6%
Número de camas	8,828	9,767	11,420	11,720	11,397	14,076	14,999	15,995	18,188	18,055	18,382	2.1	7.6%	1.8%
Capacidade	10,450	11,544	13,708	14,096	13,862	17,025	18,194	19,428	23,171	22,954	24,376	2.3	8.8%	6.2%
Número de empregados	3,290	3,450	4,081	4,120	4,058	5,178	5,385	5,755	6,282	6,426	7,742	**2.4**	**8.9%**	**20.5%**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em termos de tipo de estabelecimentos, o país tinha 77 residenciais, 64 hotéis e 59 pensões no final do ano. Isto significa 33%, 27,5% e 25,3% do total de estabelecimentos, respectivamente. Quando comparado com 2015, o país registou um aumento de seis residenciais, cinco hotéis, duas pousadas e um aldeamento turístico. Por outro lado, tinha menos cinco pensões e menos dois hotéis-apartamentos. .

O número de residenciais representava um terço do total de estabelecimentos no país

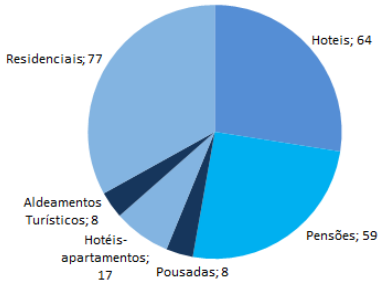
Em termos de localização, a ilha de Santiago tinha o maior número de estabelecimentos (50, ou 21,5% do total). A ilha de Santo Antão tinha 42 (18%), a de São Vicente 41 (17,6%) e a do Sal 29 (12,4%). O maior aumento do número de estabelecimentos ocorreu nas ilhas de Boa Vista e Brava, com dois novos estabelecimentos cada, seguidos de São Vicente (+1), Sal (+1) e Santiago (+1).

A ilha de Santiago tinha o maior número de estabelecimentos

Entretanto, o número de camas estava mais concentrado no Sal (46,2% do total), seguida da Boa Vista (29,3%), Santiago (10,1%) e São Vicente (6,5%). As restantes ilhas detinham 7,9% do total das camas disponiveis em 2016.

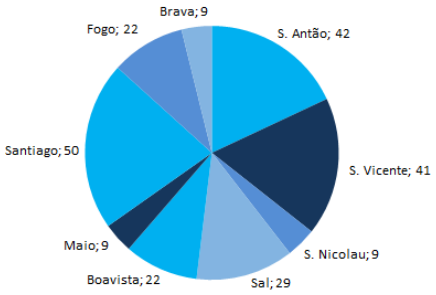
A oferta de camas estava mais concentrada na ilha do Sal

TIPO DE ESTABELECIMENTO (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

ESTABELECIMENTOS POR ILHAS (2016)

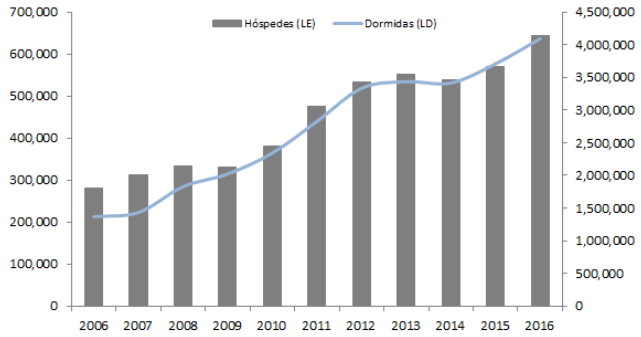


Fontes: INE e Eaglestone Securities.

No período de Janeiro a Dezembro 2016, os estabelecimentos hoteleiros no país registaram mais de 644 mil hóspedes e mais de 4,1 milhões de dormidas. Isto representa 75.042 entradas e 382.551 dormidas a mais do que em 2015, ou um aumento 13,2% e 10,3%, respectivamente. Os hoteis continuam a ser a principal opção, representando 84,3% do total de hóspedes e 91,1% do total das dormidas.

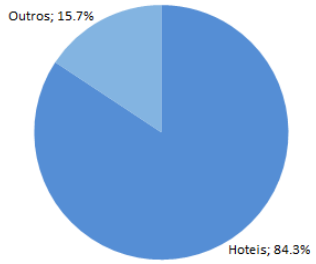
O número de hóspedes e dormidas aumentou 13,2% e 10,3%, respectivamente, com os hoteis ainda a serem a primeira opção

NÚMERO DE HÓSPEDES E DORMIDAS (2006-16)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

HÓSPEDES EM HOTEIS E OUTROS ESTABELECIMENTOS

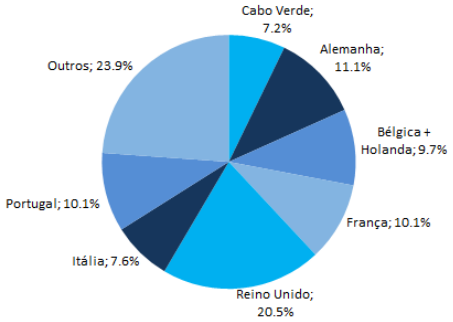


Fontes: INE e Eaglestone Securities.

O Reino Unido continuou a ser o principal mercado emissor de turistas ao país, representando 20,5% do total de hóspedes e 30% do total das dormidas. A seguir vêm a Alemanha, Portugal e a França em termos do número de hóspedes e a Bélgica + Holanda, França e Portugal em termos de dormidas. Cerca de 7% dos hóspedes e 3% das dormidas vêem de Cabo Verde.

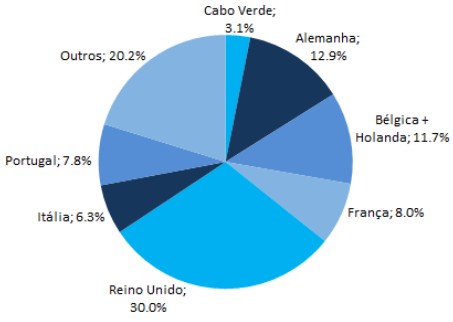
O principal mercado emissor de turistas em 2016 continuou a ser o Reino Unido

HÓSPEDES POR PAÍS DE ORIGEM (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

DORMIDAS POR PAÍS DE ORIGEM (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

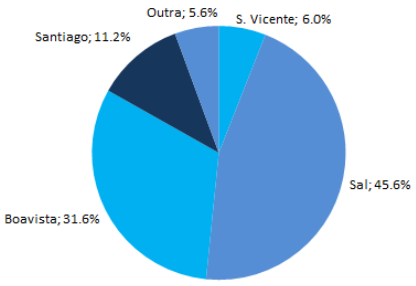
A ilha do Sal acolheu 45,6% dos hóspedes em 2016, à qual seguiram-se as ilhas da Boa Vista (31,6%) e de Santiago (11,2%). A mesma ordem de importância mantém-se em termos de dormidas: Sal (50,4%), Boa Vista (40,7%) e Santiago (3,7%).

Cerca de metade dos hóspedes e das dormidas ocorreram na ilha do Sal

A maioria dos turistas vindos do Reino Unido preferiu como destinos as ilhas do Sal (49,9%) e da Boa Vista (49,2%), com 93,3% a preferir ficar num hotel. As dormidas dos turistas vindos da Alemanha distribuíram-se principalmente pelas ilhas da Boa Vista (60,2%) e Sal (33%), tendo também preferido ficar em hotéis (94,4%). Os turistas da Bélgica + Holanda escolheram maioritariamente o Sal (52,7%) e a Boa Vista (43,8%) com 94,3% a ficarem em hotéis.

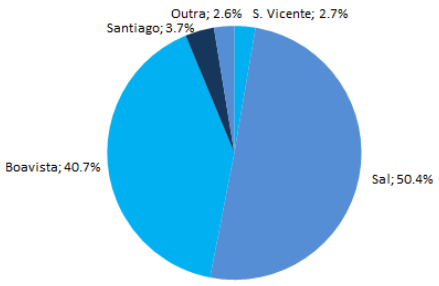
A maioria dos turistas vindos do Reino Unido ficaram em hotéis nas ilhas do Sal e Boa Vista

HÓSPEDES POR ILHA DE DESTINO (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

DORMIDAS POR ILHA DE DESTINO (2016)



Fontes: INE e Eaglestone Securities.

Os dados do INE mostram também que os visitantes do Reino Unido foram os que tiveram maior permanência média em Cabo Verde em 2016 (9,1 noites). A seguir estão os provenientes da Bélgica + Holanda (7,4 noites), da Alemanha (7,1 noites) e da Itália (5,2 noites). Os Cabo Verdianos permaneceram, em média, 2,6 noites nos estabelecimentos hoteleiros em 2016.

Os turistas vindos do Reino Unido permaneceram também mais noites nos estabelecimentos do país

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

O investimento estrangeiro é regulado pela Lei de Investimento (Decreto-Lei No. 34/2013) e a Lei de Desenvolvimento Industrial. Segundo a legislação, existem poucos entraves regulatórios ao investimento estrangeiro, com as autoridades do país a procurarem o investimento privado e estrangeiro como forma de impulsionar o crescimento económico com um enfoque especial no turismo, transportes, energias renováveis e indústrias direccionadas para a exportação. A lei do país não é discriminatória, concedendo ao investidor estrangeiro o mesmo tratamento que ao nacional. Isto significa que um investidor estrangeiro recebe igual tratamento a um nacional em termos de tributação, licenças de aprovação e registo e acesso a moeda estrangeira. O objectivo das autoridades é promover um modelo de economia de mercado no país.

Existem poucas barreiras ao investimento estrangeiro com a legislação a ser igual independentemente da nacionalidade do investidor

O Código de Benefícios Fiscais (Lei 26/VIII/2013) define os princípios e as regras aplicáveis a benefícios fiscais, o conteúdo e as regras de atribuição e monitorização desses benefícios. O código define benefícios fiscais específicos para investimentos feitos no sector industrial assumindo que estes são feitos de acordo com a Lei de Investimento. Os benefícios fiscais estão relacionados com o Imposto Único sobre Rendimentos (IUR), o Imposto do Selo e taxas aduaneiras. Um investidor poderá ter outros benefícios fiscais (não relacionados com o sector industrial), nomeadamente no regime contractual para projectos de investimento, criação de emprego e internacionalização.

O Código de Benefícios Fiscais define os princípios e regras aplicáveis a benefícios fiscais

A Cabo Verde Investmentos (CI) é a agência de promoção de investimento e o primeiro ponto de contacto para qualquer investimento feito no país. A CI oferece um "Balcão Único do Investidor", que é uma plataforma electrónica integrada que visa melhorar a eficiência e reduzir a burocracia do processo de investimento. Esta plataforma oferece numa única plataforma os serviços anteriormente oferecidos por várias instituições, garantindo que o processo fica concluído num prazo máximo de 75 dias. Apesar destas melhorias, investir em Cabo Verde continua a ser um processo relativamente lento.

Cabo Verde Investmentos é o primeiro ponto de contacto para qualquer investimento feito no país e oferece um "Balcão Único do Investidor"

TRANSPARÊNCIA E *DOING BUSINESS*

Cabo Verde é considerado um país-modelo em África devido aos seus níveis de transparência e boa governação. Em 2016, o país ocupava o 38º lugar (em 176 países) no Índice de Corrupção da Transparency Internacional, com um resultado de 59/100, ficando apenas atrás do Botswana quando comparado com outros países do continente Africano.

Considerado um país-modelo em África devido aos seus níveis de transparência e boa governaçáão

O país ocupava também o 129º lugar (em 190 países) do ranking *Doing Business* do Banco Mundial este ano. Isto é melhor que outros países em África tais como Angola (182). Gâmbia (145), Guiné (163), Guiné-Bissau (172), Moçambique (137), Senegal (147) ou a média dos países da África Subsaariana (142). Conforme detalhado abaixo, o país tem um um melhor ranking do que estes países em áreas como "iniciar um negócio", "obter electricidade", "registar uma propriedade", "obter crédito", "pagar impostos", "comércio internacional" e "cumprimento de contratos". Por outro lado, Cabo Verde fica atrás em áreas como "protecção de investidores minoritários" e "resolução de involvências".

O país ocupa o 129º lugar do ranking Doing Business do Banco Mundial

RELATÓRIO DOING BUSINESS	Cabo Verde	Angola	Gambia	Guinea	Guiné-Bissau	Moçambique	Senegal	Média África
Facilidade de fazer negócios (lugar do ranking)	**129**	**182**	**145**	**163**	**172**	**137**	**147**	**142**
Iniciar um negócio (lugar)	**100**	**144**	**168**	**133**	**176**	**134**	**90**	**125**
Número de procedimentos	8.0	8.0	7.0	6.0	8.0	10.0	4.0	7.8
Tempo (dias)	11.0	36.0	25.0	8.0	8.0	19.0	6.0	26.4
Custo (% do rendimento per capita)	14.7	27.5	125.2	77.7	36.9	18.0	62.7	51.4
Mínimo capital pago (% do rendimento per capita)	0.0	0.0	0.0	13.6	295.7	0.0	4.7	33.8
Tratar de autorizações de construção (lugar do ranking)	**108**	**111**	**122**	**164**	**155**	**30**	**139**	**132**
Número de procedimentos	16.0	10.0	12.0	27.0	11.0	10.0	13.0	14.5
Tempo (dias)	140.0	203.0	144.0	173.0	116.0	111.0	202.0	155.6
Custo (% do valor do armazém)	4.1	0.6	2.2	1.9	13.4	3.5	7.6	7.6
Índice de controlo de qualidade do edifício (0-15)	10.0	6.0	4.5	8.5	6.5	11.0	10.0	7.3
Obter electricidade (lugar do ranking)	**142**	**171**	**154**	**160**	**182**	**168**	**162**	**150**
Número de procedimentos	7.0	7.0	5.0	4.0	7.0	7.0	6.0	5.3
Tempo (dias)	88.0	145.0	78.0	69.0	455.0	91.0	75.0	120.4
Custo (% do rendimento per capita)	1,026.9	1,195.7	3,569.1	6,636.4	1,519.8	2,509.0	3,822.3	3,872.5
Registar uma propriedade (lugar do ranking)	**73**	**170**	**124**	**140**	**149**	**107**	**142**	**132**
Número de procedimentos	6.0	7.0	5.0	6.0	8.0	6.0	5.0	6.2
Tempo (dias)	22.0	190.0	66.0	44.0	51.0	40.0	71.0	57.0
Custo (% do valor da propriedade)	2.3	3.0	7.6	8.5	5.5	5.4	10.2	8.2
Obter crédito (lugar do ranking)	**118**	**181**	**118**	**139**	**139**	**157**	**139**	**116**
Protecção dos interesses minoritários (lugar do ranking)	**162**	**81**	**165**	**145**	**137**	**132**	**137**	**127**
Pagamento de impostos (lugar do ranking)	**86**	**157**	**171**	**184**	**149**	**112**	**174**	**129**
Pagamentos (número por ano)	30.0	31.0	49.0	57.0	46.0	37.0	58.0	38.3
Tempo (horas por ano)	180.0	287.0	326.0	440.0	208.0	200.0	441.0	304.2
Taxa de imposto (% do lucro)	36.6	48.0	51.3	68.3	45.5	36.1	45.1	47.0
Comércio transfronteiriço (lugar do ranking)	**113**	**183**	**112**	**162**	**153**	**106**	**130**	**137**
Tempo para exportar: alfândega (horas)	90	240	109	72	67	78	61	104
Custo de exportar: alfândega (USD)	630	735	381	778	677	602	547	585
Tempo para exportar: documentos (horas)	48	169	61	139	60	70	26	93
Custo de exportar: alfândega (USD)	125	240	183	128	316	220	96	227
Tempo para importar: alfândega (horas)	60	276	87	91	72	14	53	145
Custo de importar: alfândega (USD)	588	935	326	909	755	354	702	670
Tempo para importar: documentos (horas)	48	180	32	156	36	24	72	108
Custo de importar: alfândega (USD)	125	460	152	180	384	171	545	321
Cumprimento de contractos (lugar do ranking)	**43**	**186**	**107**	**115**	**164**	**185**	**144**	**131**
Tempo (dias)	425.0	1,296.0	407.0	311.0	1,715.0	950.0	740.0	656.9
Custo (% da reclamação)	19.8	44.4	37.9	45.0	25.0	119.0	36.4	44.8
Índice de qualidade do processo judicial (0-18)	8.0	4.5	5.5	5.0	8.0	9.0	6.5	6.4
Resolução de insolvências (lugar do ranking)	**169**	**169**	**117**	**113**	**169**	**65**	**101**	**123**
Número de anos	no practice	no practice	2.0	3.8	no practice	1.5	3.0	3.0
Custo (% da propriedade)	no practice	no practice	14.5	8.0	no practice	20.5	20.0	23.1
Taxa de recuperação (cêntimos de USD)	0.0	0.0	26.6	19.9	0.0	34.1	23.4	20.5

Fonte: Banco Mundial.

INDICADORES DE COMPETITIVIDADE

Os níveis de competitividade de Cabo Verde melhoraram nos últimos anos, mas continuam aquém dos países de rendimento médio. Segundo o último relatório do World Economic Forum (2016-17), Cabo Verde ocupava o lugar 110º (em 138 países) no índice de competitividade, com um resultado de 3,8 (em 7 pontos possíveis). Esta é uma ligeira melhoria face ao relatório anterior, conforme descrito abaixo.

Cabo Verde ocupava o lugar 110º (em 138) no índice de competitividade

INDICE DE COMPETITIVIDADE	2015-16 Rank / 140	Resultado (1-7)	2016-17 Rank / 138	Resultado (1-7)
Ranking geral	**112**	**3.7**	**110**	**3.8**
Requisitos básicos (40%)	**92**	**4.2**	**89**	**4.3**
Instituições	66	3.9	71	4.0
Infraestruturas	94	3.3	94	3.4
Ambiente macroeconómico	124	3.6	107	4.0
Saúde e educação primária	51	6.0	58	5.9
Potenciadores de eficiência (50%)	**122**	**3.4**	**121**	**3.4**
Ensino superior e formação	81	4.1	79	4.1
Eficiência de bens e mercado	99	4.1	97	4.1
Eficiência do mercado de trabalho	125	3.6	116	3.7
Desenvolvimento do sector financeiro	111	3.4	112	3.4
Preparação tecnológica	77	3.6	78	3.8
Tamanho do mercado	138	1.5	137	1.4
Factores de inovação e sofisticação (10%)	**104**	**3.3**	**105**	**3.3**
Sofisticação das empresas	106	3.5	108	3.5
Inovação	100	3.1	98	3.1

Fonte: World Economic Forum.

Também segundo o World Economic Forum, existe muito espaço para Cabo Verde melhorar em áreas como a eficiência no mercado de trabalho, desenvolvimento do sector financeiro, sofisticação das empreas e inovação. Os factores mais problemáticos para fazer negócio são, aparentemente, o acesso ao crédito, a ineficiente burocracia do governo, taxas de imposto e a complexidade do sistema tributário e as leis laborais restrictivas. É, por isso, fundamental que as autoridades locais continuem a implementar reformas estruturais por forma a melhorar o ambiente de negócios e os níveis de competitividade para poder atrair investimento privado.

Fundamental implementar reformas estruturais com o objective de melhorar o ambiente de negócios e a competitividade para poder atrair mais investimento privado

FACTORES MAIS PROBLEMÁTICOS PARA FAZER NEGÓCIO

Fonte: World Economic Forum.

Disclaimer

This document has been prepared by Eaglestone Advisory Limited which is authorised and regulated by the Financial Conduct Authority of the United Kingdom and its affiliates ("Eaglestone"), and is provided for information purposes only.

The information and opinions in this document are published for the assistance of the recipients, are for information purposes only, and have been compiled by Eaglestone in good faith using sources of public information considered reliable. Although all reasonable care has been taken to ensure that the information contained herein is not untrue or misleading we make no representation regarding its accuracy or completeness, it should not be relied upon as authoritative or definitive, and should not be taken into account in the exercise of judgments by any recipient. Accordingly, with the exception of information about Eaglestone, Eaglestone makes no representation as to the accuracy or completeness of such information.

This document does not have regard to specific investment objectives, financial situation and the particular needs of any specific recipient. Recipients should seek financial advice regarding the appropriateness of investment strategies discussed or recommended in this document and should understand that the statements regarding future prospects may not be realised. Unless otherwise stated, all views (including estimates, forecasts, assumptions or perspectives) herein contained are solely expression Eaglestone's research department.

This document must not be considered as an offer to sell or a solicitation to buy any investment instrument and distribution of this document does not oblige Eaglestone to enter into any transaction. Nothing in this document constitutes investment, legal, tax or accounting advice. The opinions expressed herein reflect Eaglestone's point of view as of the date of its publication and may be subject to change without prior notice

This document is intended for is made to and directed at (i) existing clients of Eaglestone and/or (ii) persons who would be classified as a professional client or eligible counterparty under the FCA Handbook of Rules and Guidance if taken on as clients by Eaglestone and/or (iii) persons who would come within Article 19 (investment professionals) or Article 49 (high net worth companies, trusts and associations) of the Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotions) Order 2001 and/or (iv) persons to whom this communication could otherwise be lawfully made in the United Kingdom or by respective home jurisdictions regulators for non UK countries. None of the investments or investment services mentioned or described herein are available to "private customers" as defined by the rules of the Financial Conduct Authority ("FCA"). It should not be disclosed to retail clients (or equivalent) and should not be distributed to others or replicated without the consent of Eaglestone. Eaglestone name and the eagle logo are registered trademarks.

Additional information is available upon request.

AMSTERDAM - Herengracht 450-454 1017 CA - T: +31 20 240 31 60

CAPE TOWN - 22 Kildare Road Newlands 7700 - T: +27 21 674 0304

JOHANNESBURG -Unit 4, Upper Ground, Katherine & West 114 West Street, Sandton – T: +27 11 326 6644

LISBON - Av. da Liberdade, 105, 3rd Floor - T: +351 21 121 44 00

LONDON - 48 Dover Street - T: +44 20 7038 6200

LUANDA - Rua Marechal Brós Tito n° 35/37 - 13th Floor A - Kinaxixi, Ingombotas - T: +244 222 441 362

MAPUTO – Avenida Vladimir Lenine – Edifício Millennium Park, Torre A, nº 174, 4º andar S - T: +258 21 342 811

Disclosures

Eaglestone was founded in December 2011 with the aim to be a committed partner for the development of businesses located primarily in Sub-Saharan Africa and to support the development of renewable energy projects on a global basis.

The company has three business activities - financial advisory services, asset management and brokerage - and currently has offices in Amsterdam, Cape Town London, Lisbon, Luanda and Maputo

Eaglestone is committed to operating and behaving according to the highest standards of corporate governance. Its subsidiary in the United Kingdom is authorized and regulated by the Financial Conduct Authority.

Eaglestone operates with a clear vision and mission to act on behalf of and in the best interests of all its stakeholders, whether they are investors, employees or users of its services.

EAGLESTONE SECURITIES

Business Intelligence
Caroline Fernandes Ferreira
(+351) 211 214 430
caroline.ferreira@eaglestone.eu

Research
Tiago Bossa Dionísio
(+351) 211 214 431
tiago.dionisio@eaglestone.eu